

DOCUMENTOS HISTÓRICOS: EDIÇÃO E ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DOS CAMARISTAS DE SALVADOR

Maiza Keelly Barbosa dos Santos¹
Gilberto Nazareno Telles Sobral²

RESUMO: *Este artigo propõe a edição de uma carta do Senado da Câmara da Cidade do Salvador no século XVIII e a análise da construção do ethos dos membros do referido Órgão, documento que faz parte do acervo da Fundação Gregório de Matos – Prefeitura Municipal do Salvador. O estudo é embasado nos pressupostos teóricos da Crítica Textual e do deslocamento da noção de ethos proposto por Dominique Maingueneau.*

Palavras-chave: Crítica Textual; Preservação; Edição; *Ethos*.

1. INTRODUÇÃO

A transformação cultural e social do ser humano é constante e gradual. Hoje, mesmo vivendo num mundo globalizado e com diversas inovações tecnológicas, o homem ainda necessita de serviços anteriores a esse período, como a escrita, por exemplo, para que se preserve a memória e cultura dos seus antecessores.

Com o desenvolvimento e transformação da escrita no decorrer dos séculos, o homem desenvolveu estudos, dentre eles encontra-se a crítica textual, com o intuito de reintegrar os manuscritos a sociedade atual.

A Crítica Textual tem como objeto principal de estudo a reconstituição da forma genuína dos textos, já que os textos, ao longo de suas transmissões, sofrem alterações exógenas ou endógenas. A primeira ocorre quando há corrupção no suporte, que pode ser na matéria subjetiva (papiro, pergaminho, papel...), como na matéria aparente (tinta, grafite...) a partir da ação de insetos, umidade, calor, vandalismo, descaso, entre outros, sem que haja a reprodução real do testemunho; a segunda origina-se no ato da reprodução do texto, quando essa transmissão é transportada para um novo suporte (seja ela manuscrita ou digitoscrita) de forma fragmentada ou com acréscimo de palavras. As alterações endógenas ainda podem ser divididas em autorais (quando há interferência do autor) e não-autorais (cujas alterações são realizadas por terceiros sem a permissão ou conhecimento do autor); esta se subdivide em voluntárias (quando o copista

¹ Graduanda em Letras Vernáculas da UNEB. Bolsista de Iniciação Científica/PIBIC no projeto de pesquisa “Polifonia e Argumentação na Relação Colônia-Metrópole nos Séculos XVII e XVIII”. *E-mail: mkeelly2010@hotmail.com* Autor.

² Doutor em Letras pela Universidade Federal da Bahia. Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia. Professor do programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem/UNEB. Pesquisador do grupo Edição e Estudo de Textos (Diretório dos grupos de pesquisa – CNPQ). Coordenador do projeto de Pesquisa “Polifonia e Argumentação na Relação Colônia-Metrópole nos Séculos XVII e XVIII”. *E-mail: gsobral@uneb.br*. Orientador.

inclui ou retira passagens do texto original por vontade própria) e involuntárias (quando o copista simplesmente retira um fragmento por distração).

A transmissão e a recuperação desses materiais devem-se à colaboração de outras áreas do conhecimento como: a paleografia (verificação da escrita; morfologia das letras, sinais abreviativos), a diplomática (verificação da autenticidade), a codicologia (verificação da técnica dos livros manuscritos), a bibliografia material (verificação da técnica dos livros impressos), e a linguística (conhecimento prévio e aprofundado da língua da época).

Cada uma dessas ciências possui grande importância para o crítico textual, pois permite o desenvolvimento do seu trabalho, disponibilizando detalhes que são essenciais para o processo de reconstituição dos textos.

Os manuscritos encontram-se em arquivos de caráter público ou privado. Em muitas instituições públicas, a preservação deste acervo documental é de grande preocupação por causa da enorme importância que possui. Se os responsáveis por essas instituições têm consciência da verdadeira necessidade em deixar viva a história de um povo, nesse caso há uma mobilização para a conservação adequada em locais apropriados com profissionais seriamente comprometidos e qualificados.

Infelizmente, os arquivos públicos nem sempre dispõem de condições adequadas e necessárias para a conservação e preservação desses documentos, necessitando assim de investimentos para garantir a perpetuação desse patrimônio.

1.1 O Arquivo Municipal da Cidade do Salvador

O Arquivo Público Municipal do Salvador possui um enorme acervo constituído por documentos de grande valor documental e cultural, necessitando de conservação, visando proteger esses materiais dos agentes que favorecem a sua deterioração. O desgaste dos documentos acontece de forma lenta, sendo necessário que se apliquem procedimentos para a preservação dos documentos em sua totalidade (suporte e conteúdo linguístico).

De acordo com Acioli (1994), o documento manuscrito é considerado a mola-mestra da história, representando o melhor testemunho do passado.

No manuseio de documentos manuscritos, defronta-se o pesquisador com múltiplas dificuldades: grafia diferente da atual, falta de clareza no assunto, descuido da redação, abreviaturas, sistema de numeração, unidade de pesos e medidas e sistema monetário pouco conhecido e há ainda problemas externos como manchas, corrosões por traças e pela tinta, umidade, entre outros.

A compreensão do fato histórico depende do conjunto de documentos de que se dispõe. O melhor processo de edição de textos são as edições fac-símiladas, por oferecerem uma ótima oportunidade de análise.

A todo o momento, faz-se necessária a reimpressão de obras com adaptações para a ortografia atual e, assim, cada volume terá pequenas alterações que podem modificar e comprometer parte ou todo o sentido do texto. Diante desse risco, há a necessidade da edição

crítica com um profissional comprometido e idôneo. “A cada cópia que se faz de um texto, a constituição deste muda...” (CAMBRAIA, 2005, p. 01).

2. A EDIÇÃO DE DOCUMENTO MANUSCRITO

É de responsabilidade da Crítica Textual a recuperação e preservação do patrimônio cultural escrito, tanto nos aspectos físicos (recuperando o suporte), quanto do conteúdo lingüístico (recuperação dos textos), uma vez que se encontram documentos raros e valiosos que abrigam a história e a memória de uma sociedade.

Diante da propagação que os textos ganharam a partir da imprensa, as obras puderam ser apresentadas para o público com diversos formatos: edição de bolso (menor que o formato que circula atualmente com 210x150cm, para economizar material, pois é um instrumento de divulgação), edição impressa ou digital/eletrônica/virtual (formato doc, pdf, html, xml, etc), edição *princips* (publicada pela primeira vez), edição ampliada ou reduzida, entre outras. Cada uma dessas edições corresponde a um tipo de público, pois diferentes são os interesses pessoais.

Essas edições podem ter origens monotestemunhais, quando possui um único testemunho, que pode ser: edição fac-similar (reprodução da imagem por meios mecânicos. Ex.: fotografias), edição diplomática (transcrição conservadora de todos os elementos presentes no suporte), edição paleográfica ou semidiplomática (interferência mínima do editor. Ex.: desdobramento de abreviaturas) e a edição interpretativa, e origens polítestesmunhais, quando se caracteriza por diversos testemunhos como: a edição crítica e a edição genética.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

A necessidade do homem de registrar os fatos apresenta-se mesmo antes da escrita, a partir de desenhos simples e rústicos (ideogramas) com a intenção de representar as atividades recorrentes naquele ambiente. A partir desses símbolos abstratos, os registros foram se aperfeiçoando e gradualmente transformaram-se nos caracteres utilizados atualmente. Como essas representações gráficas passaram a se propagar de forma mais acelerada, houve a necessidade de trocar o suporte duro (argila, pedra, mármore) por suportes mais brandos e correntes (tábuas enceradas, papiros, pergaminhos e papéis). Em geral, os documentos ficavam restritos às camadas sociais dominantes: aos sacerdotes e à nobreza.

Embora a escrita possuísse também fins comerciais, o alto índice de analfabetismo não permitia que as classes mais baixas mantivessem contato com os documentos. Devido a grande necessidade de se preservar e de propagar os manuscritos, os responsáveis por estes contavam com a colaboração de copistas para reproduzirem os materiais que seriam divulgados.

Segundo Spina (1977), na execução dos seus textos, os copistas antigos podiam decifrar mal o original copiado, cometer erros por distração, por cansaço, até por deliberação pessoal, bem como lacunas ou lapsos de toda a ordem. Nesse caso, o excesso de trabalho ou a pouca escolaridade comprometia as reproduções obtidas do original não apresentando o conteúdo na íntegra.

Existem entidades que buscam a preservação desses materiais visando ao resgate histórico e lingüístico dos textos através da leitura paleográfica e da preservação de sua destruição física. “Com certeza a contribuição mais evidente e importante da crítica textual é a recuperação do patrimônio cultural escrito de uma dada cultura.” (CAMBRAIA, 2005, p. 19).

Por volta dos séculos I e III a.C., houve, entre os alexandrinos, a necessidade de julgar a genuinidade dos manuscritos existentes, constituindo um sistema de críticas baseado em sinais. Assim nasce a Crítica Textual.

A Crítica textual existe há mais de dois mil anos no Ocidente. Dentre os diretores da Biblioteca de Alexandria destacavam-se Zenódoto de Efésio, Aristófanos de Bizâncio e Aristarco de Samotrácia. Eles contribuíram bastante criando um sistema de crítica para evidenciar a genuinidade dos textos. A partir desse sistema, os estudiosos ampliaram os sinais e os utilizaram por um longo período.

A partir do século XV, com o aparecimento da imprensa, a transmissão dos textos foi ampliando lentamente, ainda com muitos erros. Após tantas experiências ocorridas nesse século, Karl Lachmann (em meados do séc. XV) constitui um método (método lachmaniano) rigoroso para a fixação dos textos dividido em duas partes: a recensão (levantamento de toda obra manuscrita e impressos, eliminando as coincidentes) e a emenda (correção do texto arquetipo para remontar o original).

Segundo Cambraia (2005), no Brasil, a prática de edição de textos se expandiu no século XIX. Na década de 50 (séc. XX), as universidades (Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia) passaram a introduzir a ciência efetivamente no currículo.

Os documentos manuscritos são considerados um dos mais importantes materiais para a reconstituição da história de uma sociedade. Tamanha importância existe devido à sua relevância histórica, cultural, lingüístico-literária e a quantidade de informações que o resgate e estudo desse tipo de texto podem suscitar. “O objetivo, portanto, da Filologia não consiste apenas na ‘fixação do sentido literal de um enunciado’, mas na interpretação também dos diferentes graus semânticos do texto” (SPINA, 1977, p.142).

Editado um texto, vários fatos podem ser revelados. No corpus deste estudo, por exemplo, de forma bastante persuasiva, os membros da Câmara estavam em constante busca pela adesão do rei de Portugal a uma determinada tese. Neste processo, eram fundamentais as imagens de si criadas no discurso, as quais poderiam ou não conferir credibilidade perante o rei. Daí a importância de analisar a construção do ethos deste orador, um dos elementos da tríade retórica.

A Retórica nasceu na Sicília grega por volta de 465 a.C., sendo de origem judiciária, pois naquele período era preciso dar aos litigantes um meio de defender sua própria causa, já que não havia advogados.

Para Aristóteles (séc. IV a.C), a retórica (arte de defender-se argumentando quando a demonstração não é possível) e a dialética (que trata do provável) são duas disciplinas capazes de provar uma tese quanto o seu contrário. Ambas partem do verossímil.

Os elementos persuasivos de um discurso argumentativo-retórico definidos por Aristóteles (séc. IV a.C) são: *ethos* - representado na credibilidade do orador; *pathos* – representado nas emoções e paixões dos ouvintes; e o *logos* – representado no discurso argumentativo, a fim de convencer o público de uma verdade. Para a retórica antiga, o *ethos*, representado pelo caráter do orador, garantia o sucesso da oratória.

A troca verbal requer do orador um conhecimento prévio do(s) seu(s) ouvinte(s), permitindo que essa presença física exerça influência na análise da conversação. O comportamento (voluntário ou não) exercido na oratória exige que o orador forneça certa imagem de si (confiável) a fim de impressionar os ouvintes para obter o resultado esperado. Este tipo de comportamento está presente nas relações sociais de todos os indivíduos, em cada função exercida no decorrer do dia.

Segundo Maingueneau (2008), no estudo do *ethos*, na perspectiva da Análise do Discurso, as imagens enunciativas criadas vão além dos estudos da retórica, estendendo-se para todo e qualquer discurso, incluindo o texto escrito.

Se, na visão aristotélica, o *ethos* é constituído apenas no momento discursivo, para o referido autor, não existe um *ethos* preestabelecido, mas sim um *ethos* construído no âmbito da atividade discursiva. Neste sentido, a imagem de si constrói-se dentro do enunciado, no momento em que o enunciador profere o seu discurso, expondo-se. Desse modo, o co-enunciador atribui uma imagem ao caráter do orador mediante as escolhas de seus vocábulos, tom e gestos utilizados em seu pronunciamento.

4. ANÁLISE DO CORPUS

A seguir, será apresentada a edição da carta que compõe o *corpus* deste trabalho e, em seguida, a análise da construção do *ethos* do discurso. A referida carta foi enviada à Coroa Portuguesa em 27 de agosto de 1701 pelo Senado da Câmara, a fim de redimir os danos causados aos lavradores do Recôncavo. Trata-se de um documento manuscrito que faz parte do Acervo do Arquivo Histórico Municipal da Cidade do Salvador, registrado no livro de tomo nº 28.8, fólios 73r a 74r. Por ser uma edição conservadora, mantiveram-se todas as características linguísticas. Nesse período, o crescimento econômico da cidade estava em pleno vapor, os engenhos produziam mercadorias, açúcares e seus derivados, em grandes quantidades para importação, restando poucos itens para comercialização local.

Copia de huma carta escri-
ta por este Senado a Sua Ma-
gestade sobre pedir Provizão per-
petua para se não rematarem
os Assucares e outros gêneros a
inda que se pehorem senão
pelo que seavaliarem quinze
dias antes de partir a Frota//
Senhor = Attendendo Vossa Magesta-
de a os damnos que rezultavaõ aos
Lavradores do Recôncavo desta Ci-
dade de que seus assucares se

rematassem antes da partida da Frota em Razão devalerem neste tempo muito maior preço do que arrematando selhes antecedentemente era sempre por muito menos. Foi servido ordenar por Carta sua do anno de mil seis centos noventa etres que os ditos assucares ainda que fossem penhorados, muito antes se não podessem rematar e que os Credores os Recebessem pelo que fossem avaliados pelos arbitrios do Conselho quinze dias antes da partida da Frota com declaração que esta ordem durasse por tempo de seis annos como também pelo mesmo tempo se havia já ordenado por outras Cartas dos annos de seis centos sessenta e cinco e seis centos eoitenta e hum e inda por conseceçoens mais antigas, e por que setem acabado os ultimos seis annos e prezis-te a mesma Causa por que Vossa Magestade fez aquella concessão, e os credores não recebem damno de não rematarem os ditos assucares antes dos ditos quinze dias por quanto como os assucares são para hir na Frota lhes basta este Termo para os embargar digo embarcar ou vender e de os rematarem antes se segue conhecida perda dos Lavradores pela differença dos preços de hum tempo a outro. Prostrados aos Reaes Pez de Vossa Magestade lhe pedimos queira mandar nova ordem para que se não possam rematar os Assucares ainda que se penhorem antes se não que se recebam pelo que forem avaliados quinze dias antes da partida da Frota e que esta ordem dure em quanto Vossa Magestade não mandar outra em contrario e a Real Pessoa de Vossa

Magestade Guarde Deos Bahia e
Camara a os vinte e sete de Agosto
de mil sete centos e hum e Eu
Pedro Dias Pereira que sirvo de
Escrivão da Camara que digo da
Camara as obscrevy // Andre Le-
tão de Mello // João deBarros Ma-
chado // Pedro Barboza Leal // Gon-
calo Soares da França // Joao Gon-
calves Pinheiro _____// _____//

Mediante análise, percebe-se que o orador solicita uma reparação aos lavradores por conta do cumprimento das ordens do Rei, mesmo depois de ter seu prazo expirado há dois anos. No excerto abaixo, observa-se a construção do *ethos* mostrado, que é aquele que não é dito diretamente pelo enunciador, mas é reconstituído através das pistas expostas em seu discurso. Desse modo, ele aparece como um homem justo, consciente e cumpridor fiel das suas atribuições políticas.

Foi ser- // vido ordenar por Carta sua //do anno de mil seis centos no- // venta
etres que os ditos assucares // ainda que fossem penhorados, // muito antes se
não podessem re- // matar e que os Credores os Recebes- // sem pelo que
fossem avaliados pe // los arbitrios do Conselho quinze di // as antes da partida
da Frota com // declaração que esta ordem duras- // se por tempo de seis annos
(...).

Em sequência, observa-se que, mediante sua fala, o orador apresenta-se em oposição à decisão do Rei de Portugal, mostrando-se preocupado com os prejuízos dos credores e solicita uma carta da Coroa Portuguesa autorizando o não cumprimento da carta anterior, que é injusta com os lavradores. Mais uma vez, cria-se o *ethos* do orador justo e humilde, preocupado com as causas sociais.

Prostrados aos Re- // Reaes Pez de Vossa Magestade lhe // pedimos queira
mandar nova or- // dem para que se não possaõ re- // matar os Assucares ainda
que // se penhorem antes se não que // se recebaõ pelo que forem avali // ados
quinze dias antes da par // tida da Frota e que esta ordem //dure em quanto
Vossa Magesta- // de não mandar outra em con // trario (...)

Em seguida, mesmo não concordando com a permanência da concessão, o orador administrador se faz cumpridor das ordens reais e conhecedor da legislação anterior ao seu mandato, o que favorece a construção de um *ethos* de fidelidade, de honestidade, enfim, de alguém em que o rei poderia confiar.

(...) com // declaração que esta ordem duras- // se por tempo de seis annos
como // também pelo mesmo tempo se // havia já ordenado por outras Car- // tas
dos annos de seis centos ses= // senta ecinco e seis centos eoitenta // ehum e
inda por conseçoens ma // is antigas, (...)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A edição de um documento manuscrito contribui para a reconstituição do patrimônio cultural e histórico de uma sociedade. Restaurar é resgatar a genuinidade do texto, com o compromisso de propagar o documento recuperado em sua totalidade (suporte e conteúdo lingüístico).

Nas construções discursivas, todo orador apresenta um pouco do seu estilo, seja ele através da imagem, da impressão ou da linguagem que é produzida e anunciada para o seu auditório. O peso da fala requer do enunciador cuidados ao elaborar o seu pronunciamento, já que o que será dito naquele momento servirá de base para o julgamento do auditório. Desta forma, o orador, no momento que se pronuncia informando que ele é 'isso' e não 'aquilo', possibilita ao co-enunciador a avaliação da sua imagem. Sendo assim, nesta análise, observa-se a importância do conhecimento das intenções do orador diante das necessidades do povo, que, naquele período, sofria com as ordens de Portugal. Esse processo de estereotipagem pode ou não ser confirmado ao longo do processo discursivo.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de manuscritos*. Recife: EDUFPE, 1994.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos, cenografia e incorporação*. In. AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é lingüística*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes. 1998.
- SILVA, Luiza de Santana. *O Arquivo Histórico Municipal de Salvador: um estudo sobre preservação documental*. Salvador: UFBA, 2008.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica*. São Paulo: Cultrix, 1977.